BRK AMBIENTAL - MAUÁ S.A.

CNPJ/MF nº 05.380.441/0001-80

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2023 E 2022 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.901	1.920
Contas a receber, líquidas	6	19.467	16.119
Tributos a recuperar		2.743	1.415
Estoques		226	181
Despesas antecipadas		590	602
Outros ativos		1.327	1.480
		28.254	21.717
Não circulante			
Contas a receber, líquidas	6	903	687
Fundos restritos	2.3	5.511	5.780
Tributos a recuperar		174	162
Depósitos judiciais		550	734
Despesas antecipadas		1	35
		7.139	7.398
Imobilizado		17	
Ativos de contrato	7	667	2.067
Ativo de direitos de uso	8	1.633	3.210
Intangível	9	195.645	204.094
		205.101	216.769
Total do ativo		233.355	238.486

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	10	3.715	4.240
Empréstimos e financiamentos	11.1	11.396	10.479
Passivo de arrendamento	11.2	1.353	1.922
Salários e encargos sociais	12	2.532	3.803
Tributos a pagar	13	3.004	2.896
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	12.281	5.319
Outros passivos		2.225	1.182
		36.506	29.841
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11.1	103.038	111.961
Passivo de arrendamento	11.2	393	617
Partes relacionadas	14	1.193	1.738
IR e CS diferidos	15 (a)	11.458	11.253
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	17	21.253	23.606
Provisão para contingências	16	276	357
Benefícios a empregados	18	394	827
		138.005	150.359
Patrimônio líquido	19		
Capital social		34.674	34.674
Reservas de lucros		24.181	23.754
Ajuste de avaliação patrimonial		(11)	(142)
		58.844	58.286
Total do passivo e patrimônio líquido		233.355	238.486

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 1º/01/2022		34.674	1.722	13.232	–	(220)	49.408
Resultado do exercício:							
Lucro do exercício		–	–	–	12.487	–	12.487
Outros resultados abrangentes:							
Obrigações com benefícios pós-emprego	19 (f)	–	–	–	–	78	78
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	12.487	78	12.565
Transações de capital com sócios:							
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (d)	–	–	–	(2.966)	–	(2.966)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	17	–	–	2.047	–	–	2.047
Juros sobre capital próprio	17	–	–	(2.768)	–	–	(2.768)
Constituição de reserva	19 (c) e (d)	–	624	8.897	(9.521)	–	–
Em 31/12/2022		34.674	2.346	21.408	–	(142)	58.286
Resultado do exercício:							
Lucro do exercício		–	–	–	16.136	–	16.136
Outros resultados abrangentes:							
Obrigações com benefícios pós-emprego	19 (f)	–	–	–	–	131	131
Total do resultado abrangente do exercício		–	–	–	16.136	131	16.267
Transações de capital com sócios:							
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (d)	–	–	–	(3.832)	–	(3.832)
Juros de capital próprio	17	–	–	(11.877)	–	–	(11.877)
Constituição de reserva	19 (c) e (d)	–	807	11.497	(12.304)	–	–
Em 31/12/2023		34.674	3.153	21.028	–	(11)	58.844

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de serviços	20 (a)	87.966	84.670
Custos dos serviços prestados	20 (b)	(32.280)	(35.761)
Lucro bruto		55.686	48.909
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	20 (b)	(23.792)	(20.272)
Perdas de créditos esperadas	20 (b)	(680)	(859)
Outras receitas	20 (b)	554	1.885
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		31.768	29.663
Resultado financeiro	20 (c)		
Receitas financeiras		2.762	3.379
Despesas financeiras		(15.987)	(15.756)
Resultado financeiro, líquido		(13.225)	(12.377)
Lucro antes do IR e da CS		18.543	17.286
IR e CS correntes	15 (b)	(2.269)	(5.203)
IR e CS diferidos	15 (b)	(138)	404
Lucro do exercício		16.136	12.487
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R$ por ação)	19 (e)	1,54	1,19

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	Nota explicativa	2023	2022
Lucro do exercício		16.136	12.487
Itens que não serão reclassificados para o resultado	19 (f)		
Obrigações com benefícios pós-emprego		198	118
Efeitos fiscais		(67)	(40)
Outros resultados abrangentes		131	78
Total do resultado abrangente do exercício		16.267	12.565

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e da CS	18.543	17.286
Ajustes		
Amortização do imobilizado e intangível	12.783	12.329
Amortização do ativo de direito de uso	2.142	1.658
Valor residual do ativo intangível baixado	149	3
Valor residual do ativo de direito de uso baixado	218	(862)
Perdas de créditos esperadas	680	859
Provisão para contingências	570	362
Rendimento de fundos restritos	(610)	(861)
Margem de construção	(55)	(144)
Benefícios a empregados	(290)	358
Ajuste a valor presente	461	455
Juros e variações monetárias, líquidos	12.491	12.653
	47.082	44.096
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(4.244)	(2.960)
Tributos a recuperar	(1.340)	(1.260)
Estoques	(45)	65
Depósitos judiciais	184	(72)
Despesas antecipadas	46	102
Outros ativos	153	(729)
Fornecedores	(559)	786
Salários e encargos sociais	(1.271)	975
Tributos a pagar	1.248	624
Provisões para contingências	(651)	(418)
Partes relacionadas	(545)	889
Outros passivos	1.043	1.004
Caixa proveniente das operações	41.101	43.102
IR e CS pagos	(5.190)	(6.670)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	35.911	36.432
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	879	1.928
Adições ao imobilizado	(19)	–
Adições ao ativos de contrato e intangível	(2.992)	(6.882)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.132)	(4.954)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(9.319)	(16.220)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(10.312)	(9.337)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(10.130)	(11.080)
Amortizações de passivo de arrendamento	(2.037)	(1.894)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(31.798)	(38.531)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.981	(7.053)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.920	8.973
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.901	1.920

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: A BRK Ambiental - Mauá S.A. ("Companhia") foi constituída em outubro de 2002, no Município de Mauá, Estado de São Paulo, com o objetivo de (i) gerir os sistemas e serviços de esgotamento sanitário, compreendendo o conjunto de atividades necessárias à operação, manutenção e ampliação do sistema de coleta, afastamento e tratamento de esgotos sanitários e a comercialização dos serviços correlatos; (ii) gerir a comercialização dos serviços de abastecimento de água potável; e (iii) comercializar água não potável. A prestação dos referidos serviços no Município de Mauá é de exclusividade da Companhia, com base no contrato de concessão com vigência inicial de 30 anos (2002 - 2032). Em 11/07/2014, a Companhia assinou o 5º Termo Aditivo aprovando a prorrogação do contrato de concessão por mais 10 anos, de maneira que o prazo de vigência foi alterado para janeiro de 2043, com pagamento de outorga variável e reajuste anual através de fórmula paramétrica definida em contrato. A Companhia tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. A sede da Companhia está localizada na Avenida Antônia Rosa Fioravanti, 1.548, parte A - Mauá - SP. Em 31/12/2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R$ 8.252 (2022 - R$ 8.124), em função das amortizações de empréstimos e financiamentos (Nota 11 (b)). Para fazer face aos passivos de curto prazo, a Companhia conta com acesso a recursos financeiros do controlador direto BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental") para cumprir com as obrigações contratuais e financeiras de curto prazo. Em 31/12/2023, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield ("Grupo") e controlada direta pela BRK Ambiental. As presentes informações demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 12/04/2024. **(a) Programa SOX:** No exercício de 2023, houve a manutenção do Programa SOX da BRK Ambiental, do qual a Companhia foi parte integrante do escopo, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley ("SOX"), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, com efeito material, relacionada às informações financeiras das empresas que compõem a BRK Ambiental, do qual a Companhia faz parte, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. **(b) Programa de *Compliance*:** A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos, tomando por base o total cumprimento às legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de *Compliance*, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados. A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, também são certificadas na ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade do Programa de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotados. **(c) ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança:** No primeiro trimestre de 2023, a BRK Ambiental reavaliou seu programa de sustentabilidade ao ESG Risk Rating da Sustainalytics, que classificou seu risco como baixo, obtendo (12.7) como resultado. O *rating* avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 16 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental obteve a melhor nota das Américas e a terceira melhor no mundo entre 60 empresas de saneamento, no ESG Risk Rating da Sustainalytics, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas. **(d) Outras informações: (i) Revisão tarifária:** Em 22/03/2018, a Agência Reguladora de Municipal ("ARSEP") decidiu suspender o processo de Revisão Tarifária sob o argumento de vício de procedimento, supostamente decorrente da não realização de audiência pública, conforme discorre o artigo 38, §1º, da Lei nº 11.445/2007. Trata-se do Processo Administrativo de Revisão Tarifária nº 80/2017 ("Processo nº 80/2017"), no âmbito do Contrato de Concessão, no qual a ARSEP, em dezembro de 2017, havia proferido decisão reconhecendo o direito da Companhia em aumentar a tarifa em 11,01%, descontado o valor referente ao reajuste inflacionário das tarifas, o que resultaria em saldo de 8,09%. A Companhia apresentou impugnação para aplicação do percentual de 25,56%, conforme requerido em seu pleito. Em 6/04/2018, foi apresentado recurso administrativo contra a decisão que suspendeu o Processo nº 80/2017, no qual a Concessionária alegou: (i) a nulidade da decisão por violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal que devem ser observados no processo administrativo; (ii) o aumento da tarifa em 22,5% foi concedido pela ARSEP no processo de Revisão Tarifária ocorrido em 2013/2014, não havendo motivos para a alteração desta decisão; (iii) a Revisão Tarifária em questão trata do aumento de 3,06% e o vício procedimental vislumbrado pela ARSEP não se verificou, uma vez que a consulta pública, no caso, não é obrigatória e nem se alegou prejuízo ao Poder Concedente e aos usuários. O recurso foi indeferido pela ARSEP, sendo apresentado novo recurso contra esta decisão, com os mesmos fundamentos. Em 27/11/2018, a BRK recebeu o Ofício nº 261/18, indicando reabertura do processo de verificação do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, sugerido reunião conjunta para construção de Plano de Trabalho. Referida comunicação foi respondida pela Concessionária em 29/11/2018 por meio da carta D.1435/18, na qual sugeria-se agenda para o início das discussões. Em 30/05/2019, a Concessionária, por meio da carta D.594/19, reiterava a total disponibilidade para agendamento de discussão para a construção do Plano de Trabalho para verificação do equilíbrio econômico-financeiro junto ao Poder Concedente. Apesar da realização de reuniões e da administração contratual realizada pela Concessionária, a ARSEP não concluiu o Processo Administrativo 80/17, restando pendente a aplicação da respectiva revisão tarifária, tendo sido realizada em setembro/2020, a interposição de pleito de revisão extraordinária do contrato, novamente sem conclusão por parte da ARSEP. Há tratativas recentes entre BRK e Concedente acerca da equiparação da tarifa de esgota a tarifa de água, do desequilíbrio contratual e transferência de regulação para ARSESP. **2. Principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Esta demonstração financeira foi preparada em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Para adequação à apresentação das despesas por natureza do exercício corrente, algumas naturezas do exercício comparativo foram reclassificadas dentro do mesmo grupo das despesas por função, as quais, devido à sua imaterialidade, não estão sendo detalhadas. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.3 Fundos restritos:** Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de financiamentos e retidos até o vencimento do contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O saldo no exercício findo em 31/12/2023 é de R$ 5.511 (2020 - R$ 5.780). **2.4 Contas a receber e perdas de créditos esperadas:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas de créditos esperadas, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, nota 3 (f). O direito a faturar de cliente é classificado como: **Contratos de concessão (Intangível):** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **2.5 Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. **2.6 Ativos financeiros e não financeiros: 2.6.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, avaliados sob as categorias de mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Atualmente a Companhia apresenta todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e a valor justo por meio de resultado, nota 4.4. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.6.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. **2.6.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros: (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs")). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31/12/2023. **2.7 Ativos de contrato:** O Ativo de Contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. **2.8 Intangíveis: (a) Sistema de esgoto:** A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários, pelos serviços prestados de esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme nota 2.16 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (d)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **(b) Direito de concessão:** O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível (Nota 9) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. **(c) Capitalização de juros e encargos financeiros:** Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco sacado. **2.10 Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange: (i) o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso; e (ii) o valor justo, para os ativos adquiridos através de combinações de negócios. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme a seguir apresentado: Móveis e utensílios - 10 anos; Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado. **2.11 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo dos mesmos sejam sacados. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividade de financiamento. **2.12 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. (i) Arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (ii) Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 2 a 5 anos. (iii) Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. **2.13 IR e CS correntes e diferidos:** O IR e CS diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de CS e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de IR e de 9,00% para a CS. As despesas de IR e CS do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados (Nota 3 (a)). O IR e a CS corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data-base das demonstrações financeiras. **2.14 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas e cíveis) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como atividade de financiamento. **2.16 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. **(a) Receita de serviços de esgoto:** A receita de prestação de serviço de esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber. **(b) Receita de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública, já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2023 e 2022 é de 2%. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido da Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.18 Benefícios a empregados: (a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. **(b) Outros benefícios pós-emprego:** A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde ("plano de saúde") pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual. A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondentes ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros. A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram. **(c) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **2.19 Pronunciamentos novos ou revisados em 2023:** A Companhia revisou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º/01/2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. CPC 50 - Contratos de Seguro: O CPC 50 - Contratos de Seguro, é uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, o CPC 50 substituiu o CPC 11 - Contratos de seguro emitidos em 2005. O CPC 50 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos do CPC 11, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, o CPC 50 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco do CPC 50 é um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao CPC 23: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do CPC): As alterações ao CPC 23 - Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de mensuração e *inputs* para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. CPC 26 (R1): Divulgação de políticas contábeis; As alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, enquanto na mensuração, reconhecimento ou apresentação não tivemos impactos de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 32: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação: As alterações ao CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 32: Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois; As alterações ao CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE (Organização para a cooperação e o desenvolvimento econômico) sobre BEPS (*Base erosion and profit share*) e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, para ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória, cujo uso deve ser divulgado, entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos que se iniciam em ou após 1º/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.20 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de autorização destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. CPC 06 (R2) - Arrendamentos: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e arrendamento de volta): Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos, através da revisão 23, para determinar os requisitos que um vendedor-arrendatário deve utilizar na mensuração da responsabilidade de locação numa transação de venda e arrendamento de volta, com o intuito de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer montante do ganho ou perda que esteja relacionado com o direito de uso que ele mantém. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente as *transações sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2) - Arrendamentos. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações nos parágrafos 60 a 76 do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Adicionalmente, uma exigência de divulgação é requerida quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de postergar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º/01/2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da alteração e se acordos de empréstimo em vigor podem exigir renegociação. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Em janeiro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração do Fluxo de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação a fim de esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais decorrentes desses acordos. Os requisitos de divulgação têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º/01/2024. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir: **(a) IR, CS e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de IR e CS correntes e diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da CS; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da CS não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Reconhecimento de receita de construção:** A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na nota 2.15 (b). **(c) Receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na nota 2.4. **(d) Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis da concessão de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. **(e) Provisão e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários. A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: • Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários - o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor da causa. • Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável. • Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(f) Perdas de créditos esperadas:** A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na nota 2.4. A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro: Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar de fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, partes relacionadas e outros passivos. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. A Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos especulativos e não especulativos. **(a) Risco de crédito:** A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AAA, conforme avaliação das agências S&P e Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (Notas 2.3, 5 e 6). **(b) Risco de liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para otimizar sua estrutura de capital. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31/12/2023 e 2022, podem ser assim sumariados:

	2023	2022
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 11.1)	114.434	122.440
Total de passivo de arrendamento (Nota 11.2)	1.746	2.539
(–) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(3.901)	(1.920)
(–) Fundos restritos (Nota 2.3)	(5.511)	(5.780)
Dívida líquida	106.768	117.279
Total do patrimônio líquido	58.844	58.286
Total do capital	165.612	175.565
Índice de alavancagem financeira - %	64%	67%

4.3 Estimativa do valor justo: Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por fundos de investimentos, remunerados com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas esperadas e Ajuste a Valor Presente ("AVP"), estejam próximos de seus valores justos. Os financiamentos de longo prazo contratados junto à Caixa Econômica Federal ("CEF") e Banestes S.A. ("Banestes") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço. A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os instrumentos financeiros apresentados no quadro a seguir, estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo. **4.4 Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	Nota explicativa	2023 Valor Contábil	2023 Valor Justo	2022 Valor Contábil	2022 Valor Justo
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.901	3.901	1.920	1.920
Fundos restritos	2.3	5.511	5.511	5.780	5.780
Contas a receber, líquidas	6	20.370	20.370	16.806	16.806
Depósitos judiciais		550	550	734	734
		30.332	30.332	25.240	25.240
Passivos financeiros pelo custo amortizado					
Fornecedores	10	(3.715)	(3.715)	(4.240)	(4.240)
Empréstimos e financiamentos	11.1	(114.434)	(114.412)	(122.440)	(122.346)
Passivo de arrendamento	11.2	(1.746)	(1.746)	(2.539)	(2.539)
Partes relacionadas	14	(1.193)	(1.193)	(1.738)	(1.738)
Outros passivos		(2.225)	(2.225)	(1.182)	(1.182)
		(123.313)	(123.291)	(132.139)	(132.045)

5. Caixa e equivalentes de caixa:	2023	2022
Bancos conta movimento	1.699	1.192
Aplicações financeiras (i)	2.202	728
	3.901	1.920

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, fundos de investimento predominantemente em bancos cuja classificação de rating é AAA, com liquidez imediata e remuneração de 100% do CDI (2022 - 99,2% do CDI).

6. Contas a receber, líquidas:	2023	2022
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	40.166	36.160
Perdas de créditos esperadas	(19.796)	(19.354)
	20.370	16.806
Circulante	19.467	16.119
Não circulante	903	687

Todas as contas a receber da Companhia são denominadas em reais e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas de créditos esperadas. Em 31/12/2023, a Companhia possui direitos creditórios cedidos em contas a receber, como garantia de empréstimos e financiamentos, no montante de R$ 20.370 (2022 - R$ 16.806). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2023	2022
A vencer	11.048	8.791
Vencidos		
Até 30 dias	2.614	2.119
De 31 a 60 dias	1.020	972
De 61 a 90 dias	568	482
De 91 a 180 dias	791	926
Valores a faturar	4.329	3.516
	20.370	16.806

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	Saldo início do exercício	Adições	Reversão de perdas de créditos esperadas por recebimento ou renegociação	Perdas de créditos esperadas como incobráveis	Saldo final do exercício
Em 31/12/2023	(19.354)	(4.576)	3.896	238	(19.796)
Em 31/12/2022	(19.707)	(2.262)	1.403	1.212	(19.354)

7. Ativos de contrato:	2023	2022
Saldo no início do exercício	2.067	3.864
(+) Adições	3.008	6.179
(–) Transferências - ativo intangível	(4.408)	(7.976)
Saldo no final do exercício	667	2.067

O saldo refere-se aos investimentos na construção e ampliação da infraestrutura para prestação de serviços de esgotamento sanitário do Município de Mauá, com previsão de conclusão em maio de 2024.

8. Ativo de direito de uso:	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática	Total
Custo				
Saldo inicial em 1º/01/2022	4.970	869	87	5.926
Adições	884	462	135	1.481
Baixas	–	(27)	–	(27)
Saldo final em 31/12/2022	5.854	1.304	222	7.380
Amortização				
Saldo inicial em 1º/01/2022	(1.929)	(519)	(87)	(2.535)
Amortização	(1.097)	(445)	(116)	(1.658)
Baixas	–	23	–	23
Saldo final em 31/12/2022	(3.026)	(941)	(203)	(4.170)
Valor contábil líquido	2.828	363	19	3.210
Custo				
Saldo inicial em 1º/01/2023	5.854	1.304	222	7.380
Adições	1.649	176	327	2.152
Baixas	(5.874)	(1.056)	–	(6.930)
Saldo final em 31/12/2023	1.629	424	549	2.602
Amortização				
Saldo inicial em 1º/01/2023	(3.026)	(941)	(203)	(4.170)
Amortização	(1.781)	(243)	(118)	(2.142)
Baixas	4.437	906	–	5.343
Saldo final em 31/12/2023	(370)	(278)	(321)	(969)
Valor contábil líquido	1.259	146	228	1.633
Vida útil (anos)	3	2 a 3	5	

9. Intangível:	Sistema de esgoto	Direito de concessão	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º/01/2022	287.640	25.219	9	312.868
Adições	683	–	–	683
Baixas	(3)	–	–	(3)
Transferências - ativos de contrato	7.976	–	–	7.976
Saldo final em 31/12/2022	296.296	25.219	9	321.524
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º/01/2022	(93.575)	(11.521)	(5)	(105.101)
Amortização	(11.644)	(685)	–	(12.329)
Saldo final em 31/12/2022	(105.219)	(12.206)	(5)	(117.430)
Valor contábil líquido	191.077	13.013	4	204.094
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º/01/2023	296.296	25.219	9	321.524
Adições	73	–	–	73
Baixas	(1.257)	–	–	(1.257)
Transferências - ativos de contrato	4.408	–	–	4.408
Saldo final em 31/12/2023	299.520	25.219	9	324.748
Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º/01/2023	(105.219)	(12.206)	(5)	(117.430)
Amortização	(12.096)	(685)	–	(12.781)
Baixas	1.108	–	–	1.108
Saldo final em 31/12/2023	(116.207)	(12.891)	(5)	(129.103)
Valor contábil líquido	183.313	12.328	4	195.645
Vida útil (anos)	5 a 32	32	10	

10. Fornecedores: A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento de esgotamento sanitário.

	2023	2022
Aquisição de infraestrutura	299	265
Serviços e materiais para operação	2.330	2.999
Serviços medidos a pagar	581	545
Retenções contratuais	505	431
	3.715	4.240

11. Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento: 11.1 Empréstimos e financiamentos: (a) Composição:

Modalidade	Encargos médios anuais	Vencimentos	2023	2022
Estruturado	10,43%	jan/2025 a abr/2033	114.434	122.440
Circulante			11.396	10.479
Não circulante			103.038	111.961

(b) Movimentação:	2023	2022
Saldo no início do exercício	122.440	130.252
(+) Adição de juros	12.436	12.605
(–) Amortização de principal	(10.312)	(9.337)
(–) Amortização de juros	(10.130)	(11.080)
Saldo no final do exercício	114.434	122.440

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2023
2025	9.828
2026	10.434
2027	11.077
2028	11.760
2029	12.486
2030	13.256
2031	14.073
2032	14.941
2033	5.183
	103.038

(d) Garantias: As garantias dos contratos de financiamentos estruturados são: (i) vinculação de receita e penhor dos direitos creditórios e emergentes oriundos da concessão; (ii) penhor da totalidade das ações; (iii) garantia fidejussória da BRK Ambiental; e (iv) nota promissória. **(e) Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*:** A Companhia possui em seus contratos de financiamento cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo *covenants* financeiros. A penalidade para o não cumprimento desse compromisso é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. A Companhia está adimplente com as cláusulas restritivas relativas aos financiamentos. **11.2 Passivo de arrendamento: (a) Composição:**

Modalidade	Vencimentos	2023	2022
Passivo de arrendamento	mar/2024 a ago/2026	1.746	2.539
Total		1.746	2.539
Circulante		1.353	1.922
Não circulante		393	617

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: equipamentos de informática, veículos e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arredamentos é a taxa incremental. Essa taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 18,30% e 19,56%. **(b) Movimentação:**

	2023	2022
Saldo no início do exercício	2.539	3.363
(+) Adição de principal	2.152	1.481
(–) Baixa	(1.369)	(866)
(–) Amortização principal	(2.037)	(1.894)
(+) Amortização AVP	461	455
Saldo no final do exercício	1.746	2.539

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2023
2025	273
2026	120
	393

continua ★

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 19/04/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/04/19/BRK1575517919042024.pdf
Hash:1713472805e68a3c5d992148eba533328e1fc219c6

→★ continuação

12. Salários e encargos:

	2023	2022
Obrigações sociais	370	481
Provisões de férias	971	1.424
Benefícios	48	70
Participação sobre os lucros (i)	1.143	1.828
	2.532	3.803

(i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

13. Tributos a pagar:

	2023	2022
IRPJ e CSLL a recolher	6	
Pis e Cofins a recolher (i)	2.957	2.786
Outros	41	110
	3.004	2.896
(–) Circulante	(3.004)	(2.896)
Não circulante	–	–

(i) O saldo refere-se, substancialmente, ao diferimento de pagamento decorrente de recebíveis com órgãos públicos nos termos do artigo 7º da Lei nº 9.718/1998. **14. Partes relacionadas: (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:**

	Passivo não circulante		Resultado		Resultado	
	Partes relacionadas		Custos/ despesas operacionais		Resultado financeiro	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Demais partes relacionadas						
BRK Ambiental (i)	1.193	1.738	(11.570)	(8.363)	(19)	(30)

O saldo mantido com partes relacionadas, no passivo, é apurado de acordo com condições negociadas entre as partes. (i) O saldo do passivo não circulante refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas conforme contrato entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimentos indeterminado. **(b) Passivo de arrendamento partes relacionadas:** O saldo de passivo de arrendamento apresentado acima contêm transações com a parte relacionada Unidas Locações e Serviços S.A. ("Unidas"), anteriormente denominada como Ouro Verde Locação e Serviços S.A. ("Ouro Verde"), totalizando R$ 1.028 (2022 - R$ 2.031), com vencimentos entre março e outubro de 2024. Estas transações estão vinculadas a um contrato global celebrado em 6 de agosto de 2019, com vigência de cinco anos, de acordo com os termos estabelecidos. **15. IR e CS corrente e diferido: (a) Composição, expectativa de realização e movimentação de IR e CS diferidos.**

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2023	2022
Passivo diferido	(11.458)	(11.253)

Impostos de renda e CS diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Ativo de imposto diferido	2023
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	1.174
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2033	1.174
	1.174
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses	(971)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	(11.661)
	(12.632)
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:	
2024	(971)
2025	(533)
2026	(502)
2027	(329)
2028	(302)
2029	(351)
2030	(347)
2031	(299)
2032	(246)
2033	(184)
Demais anos	(8.568)
	(12.632)
	(11.458)

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante o respectivo exercício. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de IR e CS diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

Ativo fiscal diferido	2022	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	2023
Provisões	1.827	(902)	–	–	925
Lei 9656 - Obrigações com benefícios pós-emprego	172	115	(67)	–	220
Arrendamento CPC 06 (R2)	–	29	–	–	29
Total ativo fiscal diferido	1.999	(758)	(67)	–	1.174
Compensação CPC 32	(1.999)	–	–	825	(1.174)
	–	(758)	(67)	825	–
Passivo fiscal diferido					
Lucros diferidos (orgãos governamentais)	(3.343)	(106)	–	–	(3.449)
Receita e custo de construção	(732)	59	–	–	(673)
Capitalização de juros	(4.573)	254	–	–	(4.319)
Ágio (Instrução CVM 319/99)	(4.424)	233	–	–	(4.191)
Outros	(180)	180	–	–	–
Total passivo fiscal diferido	(13.252)	620	–	–	(12.632)
Compensação CPC 32	1.999	–	–	(825)	1.174
Total	(11.253)	620	–	(825)	(11.458)

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. **(b) Reconciliação de alíquota nominal com a taxa efetiva:** O IR e CS sobre o lucro da Companhia difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de IR e contribuição social nominal, como segue:

	2023	2022
Resultado antes de IR e CS	18.543	17.286
Alíquota nominal	34%	34%
IR e CS à alíquota nominal	(6.305)	(5.877)
Efeito das exclusões permanentes	3.898	1.078
Incentivos fiscais	106	98
Doações	63	172
Juros sobre capital próprio	4.038	941
Gratificação de diretores	(155)	(121)
Outros	(154)	(12)
Despesa de IR e CS	(2.407)	(4.799)
Composição do IR e da CS:		
IR e CS correntes	(2.269)	(5.203)
IR e CS diferidos	(138)	404
Despesa de IR e CS	(2.407)	(4.799)
Alíquota efetiva	12,98%	27,76%

16. Provisões para contingências: As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhista e previdenciárias	Contingências tributárias	Total
Em 1º/01/2023	42	315		357
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	391	768	1	1.160
(–) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(284)	(305)	(1)	(590)
(–) Pagamentos	(60)	(591)	–	(651)
Em 31/12/2023	89	187	–	276

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhistas, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência. **(a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível:** A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. **Processos de natureza cível -** Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e previdenciárias no montante de R$ 11.309 (2022 - R$ 11.671), representado por diversos processos. **Processos de natureza trabalhista** - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R$ 1.700 (2022 - R$ 1.717), representado por diversos processos. **Processos de natureza tributária** - Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R$ 3.191 (2022 - R$ 3.191), representado por diversos processos. O Supremo Tribunal Federal ("STF") finalizou o julgamento, em 08 de fevereiro de 2023, dos recursos extraordinários RE nº 955227 (Tema 885) e RE nº 949297 (Tema 881), e consolidou o entendimento no sentido de que uma decisão definitiva (coisa julgada) obtida por determinado contribuinte sobre tributos recolhidos de forma continuada perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário posteriormente. Ainda, o STF não acolheu o pedido de modulação de efeitos da decisão, de forma que as autoridades fiscais podem cobrar os tributos que deixaram de ser recolhidos com base em tais decisões. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexo para a data-base de 31/12/2023 e continua monitorando a evolução do assunto. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

Natureza	2023
Reclamações cíveis	11.309
Contingências tributárias	3.191
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.700
	16.200

17. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar: (i) Composição:

	2023	2022
Dividendos a pagar		
BRK Ambiental	20.846	22.333
Juros sobre capital próprio		
BRK Ambiental	12.688	6.592
	33.534	28.925
Circulante	12.281	5.319
Não circulante	21.253	23.606

(ii) Movimentação:

	Saldo inicial	Adições	IR retido na fonte	Pagamentos	Retenções (a)	Saldo final
Dividendos a pagar						
BRK Ambiental	22.333	3.832	–	(5.319)	–	20.846
Juros sobre capital próprio						
BRK Ambiental	6.592	11.877	(1.781)	(4.000)	–	12.688
Em 31/12/2023	28.925	15.709	(1.781)	(9.319)	–	33.534
Em 31/12/2022	41.873	5.734	(415)	(16.220)	(2.047)	28.925

(a) Em abril de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a retenção dos dividendos mínimos obrigatórios apurados em 2021, no valor de R$ 2.047, para a conta de reserva de retenção de lucros. Em 21/12/2022, foi aprovado pelos membros da diretoria o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia, na proporção de suas respectivas participações, no valor total de R$ 2.768.

18. Benefícios a empregados:

	Nota explicativa	2023	2022
Passivo atuarial	18.1	394	505
Incentivos de longo prazo	18.2	–	322
		394	827

18.1 Passivo atuarial: Plano de assistência médica pós-emprego: (i) Premissas atuariais

	2023	2022
Taxa de desconto - taxa real (NTN-B)	5,55% a.a.	6,40% a.a.
Taxa de inflação	4,50% a.a.	4,25% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Aumento por idade	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1944	RRB-1944
Idade para aposentadoria	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

(ii) Movimentação:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	505	539
(+) Adição de principal	32	36
(+) Adição de juros	55	48
(–) Remensuração de perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes	(198)	(118)
Saldo no final do exercício	394	505

18.2 Incentivos de longo prazo: O programa de incentivo de longo prazo (Programa de *Matching*) refere-se à bonificação de diretores elegíveis pela liderança da Companhia e tem como principais premissas aumentar a capacidade de atração e retenção, além de estimular o comprometimento dos elegíveis com a estratégia da Companhia, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. A duração do programa (ciclo) é de três anos com início em 2021 e com possibilidade de adesões anuais seguindo o ciclo do programa. O Programa de *Matching* é facultativo e tem como base a aquisição de "ações virtuais" a partir do investimento pelos elegíveis, limitado a um percentual de sua Participação nos Lucros ou Resultados e/ou Bônus do último exercício que antecedeu o programa. Para as ações virtuais, adquiridas e mantidas por um período de três anos, a Companhia outorgará a mesma quantidade de ações virtuais adquiridas inicialmente, atualizadas pelo *valuation* da Companhia como referência. O resgate é integral e em dinheiro a título de bonificação, não sendo possível converter as ações virtuais em ações ordinárias ou preferencias. Em 31/12/2022, o valor do passivo de incentivos de longo prazo na Companhia é de R$ 322. **19 Patrimônio líquido: (a) Capital social:**

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
BRK Ambiental Participações S.A.	100,00	100,00	34.674	34.674	10.477.116	10.477.116

(b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital**. (c) Retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76. **(d) Dividendos e juros sobre capital próprio:** Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação brasileira. Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 196 e 197 da lei das Sociedades por Ações. Em 31/12/2023, a administração da Companhia propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro após a constituição da reserva legal, no valor de R$ 3.832 (2022 - R$ 2.966).

	2023
Lucro do exercício	16.136
Constituição de reserva de lucros	
Legal - 5%	(807)
Lucro ajustado	15.329
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(3.832)
Porcentagem dos dividendos propostos sobre lucro líquido do exercício, ajustado	25%
Retenção de lucros	11.497

(e) Lucro básico por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2023	2022
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	16.136	12.487
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	10.477	10.477
Lucro básico por ação (em R$)	1,54	1,19

A Companhia não possui ações ordinárias potenciais em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. **(f) Ajuste de avaliação patrimonial: Obrigações com benefícios pós-emprego:** No exercício findo em 31/12/2023, foi realizada a remensuração no montante de R$ 131 (2022 - R$ 78), através de avaliação realizada por atuários independentes, com os valores registrados em outros resultados abrangentes e as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços (Nota 18 (ii) e 15 (a)). **20. Resultado do exercício: (a) Receitas:** A reconciliação das receitas brutas auferidas são conforme segue:

	2023	2022
Receita de esgoto	94.517	85.449
Receita de construção	2.734	7.216
Outros serviços	1.512	1.862
	98.763	94.527
Impostos e contribuições sobre serviços	(8.687)	(7.895)
Abatimentos e cancelamentos	(2.110)	(1.962)
	87.966	84.670

(b) Despesa por natureza:

	Nota explicativa	2023	2022
Classificadas por natureza:			
Custo de construção (i)		(2.679)	(7.072)
Pessoal			
Remunerações		(7.968)	(9.913)
Encargos sociais e trabalhistas		(3.476)	(3.011)
Benefícios		(4.015)	(2.886)
		(15.459)	(15.810)
Materiais		(1.787)	(2.272)
Serviços			
Aluguéis e condomínios		131	(133)
Energia elétrica		(3.195)	(3.234)
Auditorias, consultorias e assessorias		(1.501)	(457)
Serviço pessoa física e jurídica		(2.544)	(1.996)
Outros		(819)	(877)
		(7.928)	(6.697)
Partes relacionadas	14	(11.570)	(8.363)
Depreciação e amortização		(14.925)	(13.987)
Seguros		(195)	(205)
Tributos, taxas e contribuições		(1.408)	(1.199)
Perdas de créditos esperadas		(680)	(859)
Outras		433	1.457
		(56.198)	(55.007)
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados		(32.280)	(35.761)
Gerais e administrativas		(24.472)	(21.131)
Outras receitas		554	1.885
		(56.198)	(55.007)

(i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato.

(c) Resultado financeiro:

	Nota explicativa	2023	2022
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		1.175	1.844
Multas e juros por atraso de pagamento		1.610	1.666
Variações monetárias		120	13
Variações cambiais		–	5
(–) Tributos sobre receitas financeiras (PIS e COFINS)		(143)	(149)
		2.762	3.379
Despesas financeiras			
Juros e variações monetárias		(12.436)	(12.595)
Partes relacionadas	14	(19)	(30)
Ajuste a valor presente		(461)	(455)
Desconto concedido		(1.529)	(996)
Multas e juros por atraso de pagamento		(57)	(36)
Juros obrigações com benefícios pós emprego		(55)	(48)
Outras		(1.430)	(1.596)
		(15.987)	(15.756)
Resultado financeiro, líquido		(13.225)	(12.377)

21. Seguros: A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração. Em 31/12/2023, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2023	2022
Garantia de contrato	3.855	4.058
Responsabilidade civil (i)	50.000	50.000
Riscos de engenharia	10.194	10.194
Riscos operacionais (ii)	400.000	267.622
Garantia judicial	–	48
Garantia de energia	524	415
Risco ambiental (i)	130.000	130.000

(i) A contratação do seguro é realizada em apólice única, considerando os riscos de toda a operação da BRK Ambiental e de suas controladas no território nacional, o valor limite de cobertura é compartilhado por toda a operação podendo ser utilizado por uma ou mais empresas ao longo da vigência do contrato. (ii) A contratação do seguro é realizada em apólice única, considerando os valores de ativos da BRK Ambiental e de suas controladas, os quais são declarados individualmente na apólice e o valor máximo indenizável é o montante declarado em ativos da respectiva Companhia. **22. Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa):** No decorrer do exercício findo em 31/12/2023, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

	2023
Total de adições dos ativos de contrato e do intangível (Notas 7 e 9)	3.081
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	(89)
Total das adições nos ativos de contrato e intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	2.992
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:	
Fornecedores a pagar	(34)
Margem de construção do exercício	(55)
Total	(89)

23. Eventos subsequentes: (a) Autoprodução de energia elétrica: Em 20 de fevereiro de 2024, as controladas da BRK Ambiental, incluindo a Companhia, e a São Mamede III Geração Solar Energia Ltda. ("Elera") celebraram um acordo para a constituição de um consórcio de autoprodução de energia através de uma central de painéis solares, localizada na cidade de Janaúba em Minas Gerais, que fornecerá energia para estas controladas, conforme estabelecido no contrato de consórcio. Nesta mesma data foi assinado o contrato de consórcio junto a tais controladas, no qual fica estabelecido que a Elera será a Consorciada Líder. As controladas deterão de parte da geração de energia a ser utilizadas em suas operações, enquanto a Consorciada Líder será aquela responsável pela operacionalização da central de energia, onde está previsto uma capacidade instalada de 48,118 MWac, geração certificada média estimada P50 de 16,15 Mw médios e início de operação previsto para 1º/01/2025.

DIRETORIA

Jorge Augusto Regis Gomes | Cleber Renato Virgínio da Silva | Tiago Palermo | Bruno Gravatá de Jesus

CONTADOR

Adelmo da Silva de Oliveira - CRC BA-028385/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **BRK Ambiental - Mauá S.A. -** Mauá - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental - Mauá S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRK Ambiental - Mauá S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12/04/2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O
Bruno Marchetti Moretti
Contador - CRC SP-321238/O

EY Building a better working world

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 19/04/2024

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2024/04/19/BRK1575517919042024.pdf

Hash:1713472805e68a3c5d992148eba533328e1fc219c6